

# CANTINAS COLONIAIS E O VINHO PORTUGUÊS NA CAPITAL DE MOÇAMBIQUE

por

**Nuno Domingos<sup>1</sup>**

**Resumo:** Este texto procura, de forma preliminar, pensar as ligações entre o comércio de vinho português em direção ao espaço colonial e a rede de relações que, no terreno, envolviam este tráfico. Neste contexto, o espaço das cantinas, lugares de venda do vinho, da colônia de Moçambique surgem como observatório privilegiado. Com base em bibliografia secundária, mas também a partir de trabalho de campo realizado em Maputo, este texto coloca um conjunto de questões de investigação direcionado ao período do chamado colonialismo tardio, quando as colônias portuguesas, nomeadamente Angola e Moçambique, se tornaram o principal destino externo do “vinho comum”.

**Palavras-chave:** Vinho; colonialismo; Moçambique.

**Abstract:** This article aims to interpret the links between the Portuguese wine trade towards the colonial territories and the network of relations that, in the terrain, involved this traffic. In this context, the canteens, places where de metropolitan wine was sold in the colony of Mozambique, are privileged observatories of research. Based on a secondary bibliography, but also on the results from fieldwork conducted in Maputo, this text poses a set of research questions directed to the so-called late colonial period, when the Portuguese colonies, namely Angola and Mozambique, became the main destination of the metropolitan table wine.

**Keywords:** Wine; colonialism; Mozambique.

## ANTROPOLOGIA DA ALIMENTAÇÃO E COLONIALISMO

As ciências sociais têm pesquisado a relação entre a alimentação e a história dos impérios coloniais, existindo hoje trabalhos especificamente consagrados ao tema (Dietler 2007, Laudan 2013). A antropologia da alimentação encontra igualmente no quadro histórico-geográfico dos impérios coloniais um terreno privilegiado para as suas investigações. Algumas das obras que configuram o cânone da antropologia

---

<sup>1</sup> Investigador Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

têm o quadro colonial como referência de pesquisa e na alimentação um elemento fundamental dos seus programas de investigação. Encontram-se entre estes casos, as obras pioneiras de Audrey Richards publicadas nos anos 30 (Richards 1932, 1939) sobre os sistemas alimentares africanos, nomeadamente no território que na altura correspondia à Rodésia do Norte, hoje a Zâmbia; as análises de Jack Goody (1982) e Mary Douglas (1979, com Brian Isherwood) sobre alimentação e processos de estratificação social; ou a monografia de Sidney Mintz sobre a história global do açúcar (1985), na qual os sistemas de plantação caribenhos surgem em relação com os padrões de consumo na Europa, nomeadamente em Inglaterra.

Estas obras ambicionam discutir dinâmicas estruturais desde o detalhe etnográfico e da atenção às trocas proporcionadas pela relação entre produção e consumo. Os produtos alimentares foram componentes fundamentais no sistema de trocas imposto pelos regimes coloniais. Esta troca alterou os sistemas alimentares nos territórios colonizados, nas nações colonizadores, mas igualmente em todos os países que, mesmo não estando envolvidos na troca comercial imperial, de alguma forma vieram a participar nos seus circuitos (Bush, Bryant e Wilk 2013). Este fluxo comercial transformou a dinâmica dos padrões de produção e consumo a nível global, bem como o valor material e simbólico dos alimentos. Integrados em sistemas de alimentação locais, regionais, nacionais, estes alimentos foram apropriados, manipulados, transformados. Moldados por esta herança colonial, alguns movimentos migratórios são hoje eixos dinâmicos de diversificação alimentar, obrigando mesmo a uma atualização da definição de gastronomias nacionais (Smith 2012).

Se o movimento de troca colonial ajuda a interpretar a evolução dos sistemas alimentares, a história e a antropologia dos alimentos pode, retroativamente, ser o ponto de partida para o estudo de grandes processos históricos, desde a constituição de economias e sistemas mundo, como às próprias lógicas de construção nacional (Mintz 1985). A análise destes processos beneficia de investigações realizadas a partir do trabalho de campo etnográfico.

No caso português, a relação entre alimentação, antropologia e história tem vindo a ser investigada, revelando como o campo alimentar nacional se constitui também como o resultado de dinâmicas de troca globais (Sobral 2014a, 2014b). Neste contexto, a expansão marítima, na sua diversidade de tempos e espaços, desempenhou um papel relevante no itinerário da globalização alimentar (Curto 2002).

## VINHO COLONIAL

O vinho é um dos produtos alimentares que possibilita o estabelecimento da relação entre a história portuguesa e um conjunto de processos tendencialmente globais. Objeto privilegiado para estudar as estruturas da sociedade portuguesa, pela sua enorme importância agrícola e fundiária, tanto em área plantada como em mão-de-obra utilizada, e pelo lugar ocupado nos consumos quotidianos ao longo dos séculos, a história do vinho demonstra como a economia nacional se encontrava ligada a mercados de consumo externos (Baptista 1993, Simões 2006, Freire 2010).

Mais estudada, a história do vinho do Porto é a representação mais típica desta interligação da economia e da sociedade portuguesas com escalas de produção e consumo mais vastas (Martins 1990). O peso do mercado inglês na economia no vinho do Porto, peça fundamental da estrutura exportadora portuguesa durante vários séculos, e a influência desta troca no desenvolvimento da indústria nacional, concedeu à “questão do vinho do Porto” um lugar central na análise da economia nacional. Mas o vinho do Porto, juntamente com outros vinhos ditos nobres, licorosos, o mais importante dos quais o Madeira, não esgotava o fluxo de exportação de vinhos portugueses. O chamado vinho comum era igualmente colocado em vários destinos. Embora historicamente o peso do vinho comum nos lucros da troca comercial vinícola não fosse comparável ao do Porto, ele foi ganhando dimensão, embora com grandes flutuações (Martins 1990, 236). Se em 1875-1879 valia apenas 23,5%, no período entre 1900-1904 já valia 46%, para cair para 15% entre 1930-1934. A partir dessa data a proporção dos lucros do vinho comum aumentou, até chegar ao máximo de 59,4% entre 1960 e 1964. Antiga, a relação do álcool com o império cresceu muito na transição para o século XX e durante quase todo o século XX. Neste período, o espaço imperial português conquistou uma fatia significativa na exportação do comércio do vinho comum (Martins 1990, 253).

O mercado do vinho Porto nunca passou pelo espaço colonial, onde na primeira parte do século XX absorvia apenas 0.8% das exportações das caves de Gaia (Martins 1990, 250-251). Já no que respeitava o vinho comum, o mercado africano tornou-se influente desde o final do século XIX. Se entre 1865 e 1899 representava 8% das exportações (em comparação com os 45% destinados ao Brasil e os 39% que iam para França) entre 1900 e 1949 já representava 27% (contra 28 para o Brasil e 21 para França), e entre 1950 e 1986 alcançou 51% das exportações totais de vinho comum português (Martins 1990, 253).

Anos	Percentagem
1900-1904	(17,6%)
1920-1924	(10,8%)
1930-1934	(24,2)
1940-1944	(27%)
1950-1954	(61,8%)
1960-1964	(61,8%)
1970-1974	(35,7%)
1975-1979	(2,3%)

**Tabela 1:** Comércio de vinho para África no total de exportações de vinho (Martins 1990, 253).

O acesso privilegiado dos produtores de vinho portugueses aos mercados coloniais era um fator crucial para o incremento deste tráfico (Capela 1973). Este privilégio sobre diversos tipos de concorrência, revelava o poder destes atores económicos nos processos de decisão de políticos e legisladores. Assim, a abertura dos mercados coloniais aos vinhos portugueses, beneficiando de um conjunto de vantagens fiscais, realizou-se em condições excepcionais, já que o Estado regulamentou a proibição do desenvolvimento de indústrias de produção de álcool nas colónias, detidas por colonos, que operava pela transformação da cana de açúcar. Os protestos de produtores locais, apoiados por alguns governantes na metrópole, não foi suficiente para travar estas medidas. Por último, a conquista do mercado africano pelo chamado vinho colonial encontrava-se ainda facilitada pela perseguição à produção de bebidas tradicionais por parte das populações africanas<sup>2</sup> (Capela 1973, Matias 2006). Todas estas medidas criaram condições extraordinárias para os produtores de vinho metropolitano escoarem para os mercados coloniais uma produção cronicamente excessiva.

No que respeita à então colónia de Moçambique, os números da estatística oficial comprovam como este comércio aumentou no pós-guerra:

---

<sup>2</sup> Sobre as bebidas tradicionais em Moçambique ver Medeiros (1988).

Anos	Hectolitros
1945	(64.251)
1947	(82.146)
1949	(123.920)
1951	(163.433)
1953	(160.408)
1956	(283.789)
1958	(309.468)
1960	(332.795)
1962	(294.480)
1964	(416.900)
1966	(429.640)

**Tabela 2:** Comércio de vinho para Moçambique, em hectolitros (Anuário Estatístico de Moçambique).

## O PERCURSO DA MERCADORIA

Transportados por barco em grandes pipas desde os armazéns situados na zona oriental de Lisboa até ao porto da então Lourenço Marques, o vinho colonial, depois de fiscalizado na fronteira, era guardado por armazenistas locais, que mantinham relações com os produtores da metrópole. O aumento do número de armazenistas a partir da década de 50 na capital de Moçambique é outro indicador do crescimento deste comércio no período em causa.

Anos	Número de armazenistas
1917	17
1935	14
1945	15
1955	66

**Tabela 3:** Armazenistas de vinho em Lourenço Marques.

Provenientes da metrópole, os vinhos eram distribuídos desde os armazéns para a extensa rede de lugares de venda onde seriam comercializados. Entre os espaços mais importantes encontravam-se as chamadas cantinas. A cantina era um local de comércio variado<sup>3</sup>. Se genericamente, nelas se vendiam bens alimentares essenciais e tecidos, eram também responsáveis pela disseminação de outros bens de consumo (Zamparoni 1998, 335). Algumas cantinas desempenhavam, porém, outras funções: locais onde se podia pernoitar, colocadas ao longo dos itinerários migratórios, nomeadamente em direção às minas sul-africanas, ofereciam também serviços de prostituição (Harries 1993, 99-103; Zamparoni 1998, 350).

As cantinas localizavam-se em diferentes contextos espaciais. Nas maiores cidades, ocupavam as zonas onde vivia a população colona mais pobre, perto das zonas de transição para as periferias onde se encontravam as populações africanas mais urbanizadas, afastadas do centro da cidade. Encontravam-se igualmente nos progressivamente vastos subúrbios africanos. Nas cidades mais pequenas teriam um estatuto elevado, sem concorrência dos espaços de consumo dirigidos aos colonos brancos nas grandes cidades, nomeadamente os cafés, bares, botequins e restaurantes. Mas os cantineiros estavam presentes no enorme espaço rural que preenchia a grande maioria do território de Moçambique. Nestes contextos, a sua função comercial era especialmente importante: essencial para a disseminação de determinados produtos e padrões de consumo. Um dos efeitos mais evidentes desta oferta nas cantinas foi a alteração dos hábitos de vestir, sendo responsáveis pela generalização das capulanas, hoje uma marca da moçambicaneidade (Zamparoni 1998, 146-147).

As cantinas dirigiam-se sobretudo à população africana. A grande maioria desta população era designada por indígena, no quadro de um sistema colonial que separou indígenas e civilizados, considerando a possibilidade dos primeiros gozarem do estatuto e direitos dos segundos, por meio de uma assimilação. Formulado na teoria e inscrito na legislação, este sistema concedeu o estatuto de assimilado a um grupo muito restrito de africanos, sendo extinto em 1961, já quando as movimentações nacionalistas assustavam o poder português (Penvenne 1995).

Em Moçambique, desde o final do século XIX, os indígenas eram os grandes consumidores de vinho colonial. Na colónia da África oriental portuguesa, este produto ficou conhecido por “vinho para o preto”, nome de uma pioneira obra sobre o tema da autoria de José Capela (1973). A maioria dos estudos sobre o

---

<sup>3</sup> Nas estatísticas coloniais não encontramos o termo "cantina", provavelmente porque o termo replica a expressão inglesa (Van Onselen 1976) e havia outras designações portuguesas que podiam descrever esse tipo de estabelecimento: tabernas, botequins, pousadas.

mercado de vinhos portugueses nas colónias foca-se nas primeiras décadas do século XX e, muitas vezes, no caso de Moçambique colonial. Uma das razões para este facto, serão certamente os artigos críticos publicados em *O Africano* (1908) e o seu sucessor, *O Brado Africano* (1918) sobre o papel destrutivo do vinho nas vidas das populações locais. Nestes jornais, detidos por uma elite africana reunida à volta do Grémio Africano de Lourenço Marques (1908), denunciava-se como o comércio do vinho colonial, à custa da degradação física e moral da população africana, sustentava uma parcela da burguesia metropolitana. Este modelo vingava em detrimento do desenvolvimento de um sistema económico dito moderno, mais evoluído nos seus métodos, que incluía uma exploração mais racional do trabalho africano, como pretendia uma burguesia local em formação, de que os membros desta elite africana fariam parte. O fechamento do espaço público moçambicano com o advento do Estado Novo e a imposição de formas de controlo e censura mais eficazes, é crucial para explicar o quase desaparecimento da questão do vinho, politicamente problemática, das manchetes dos jornais.

Apesar de menos presente na imprensa enquanto problema social e político, o vinho não deixou de continuar a sair a ritmo elevado da doca do Poço do Bispo em direção às colónias. De acordo com os dados coletados pela Conceição Andrade Martins (1990), apresentados atrás, a importância do mercado colonial dos vinhos de mesa portugueses aumentou significativamente a partir da década de 1950.

## **CANTINAS E CANTINEIROS**

No processo de exportação de vinho para os mercados coloniais vários agentes assumiram um papel indispensável. O estudo destes grupos profissionais alimentaria diversas investigações. Na metrópole, destacavam-se, entre outros, os proprietários agrícolas, os produtores, os taberneiros e os trabalhadores rurais, mas também os políticos que representavam os interesses do vinho colonial. Nas colónias, os armazenistas, os distribuidores e os cantineiros. Entre os consumidores do vinho colonial, predominando os africanos, haviam também colonos, nomeadamente os mais pobres. Com qualidades distintas e preços diferentes, o vinho colonial não era uniforme. Mas mesmo que os colonos mais pobres bebessem o vinho colonial de pior qualidade, muito alcoolizado para aguentar a viagem, o seu número era pequeno para escoar os excedentes da produção nacional. Pelas cantinas da colónia de Moçambique, os indígenas, perseguidos se fabricassem e consumissem as suas bebidas tradicionais, sustentavam este comércio transcontinental.

Espalhadas em rede pelo território, nas cantinas passava-se, consumia-se, e sociabilizava-se. De uma perspectiva mais estrutural, as cantinas criavam eixos de desenvolvimento de uma economia colonial, fundamentais para a circulação de mercadorias e de hábitos de consumo, de que o vinho é um exemplo. A função económica permitia, também, consolidar a fixação de comunidades. À sua volta estabeleceram-se relações diversas, lugares de troca económica e social. Esta troca era estruturalmente desigual, dada a dependência do consumidor africano do cantineiro e a proteção que o Estado concedia, por princípio, a este último. Mas os cantineiros, conhecidos por serem indivíduos pouco educados, rudes, manhosos, usurários, que enganavam os clientes, especialmente os africanos, não representavam um bom exemplo para a celebração nacionalista. E, no entanto, ao lado dos missionários e de meia-dúzia de funcionários públicos que lutavam por controlar um território muito vasto, eram dos poucos que se encontravam no terreno, fora das grandes cidades.

Em Moçambique, no comércio das cantinas, os portugueses constituíam apenas uma fração desta classe de comerciantes. A partilhar o ofício encontravam-se indianos, sobretudo de origem hindu e muçulmana, chineses e também, menos significativamente, havia também comerciantes libaneses e gregos (Zamparoni 2000). Esta oferta dispersa, caracterizava o panorama das cantinas em Lourenço Marques nas primeiras décadas do século XX. Durante o século XX, nomeadamente a seguir à Segunda Guerra Mundial, os cantineiros portugueses conquistaram uma quota mais extensa neste comércio. Eram eles que comercializavam o vinho pelo território moçambicano, com ligação aos grandes armazenistas da cidade.

A presença das cantinas no espaço urbano da capital de Moçambique colonial sugere a colocação de um conjunto de problemas de investigação. Num quadro populacional muito diverso, marcado pela distinção marcante entre o centro da cidade, branco, e as periferias, africanas, este comércio é um instrumento rico para avaliar um conjunto de dinâmicas sociais e culturais (Zamparoni 1998 Domingos 2012), nomeadamente no período do chamado colonialismo tardio. As questões seguintes procuram explorar o estatuto destas cantinas enquanto lugares de troca económica e social e de contacto.

Uma primeira linha de pesquisa interpreta os cantineiros enquanto classe profissional. Muitas das vezes, o interesse em conceder prioridade de análise à origem nacional dos cantineiros, essencial para perceber percursos, genealogias comerciais, especializações mercantis, acaba por marginalizar as propriedades partilhadas, que explicam como, em determinadas circunstâncias, chineses, portugueses e indianos de diferentes origens, para não falar de outras minorias, exerciam a par um conjunto de funções comerciais. Apesar da diversidade, a partilha de determinadas



propriedades sociais e competências, é fundamental para perceber como eles se ajustaram a esta economia colonial. A relação desta classe com o Estado colonial coloca questões sobre as políticas centrais do governo, nomeadamente sobre a utilização desta rede como parte de uma estratégia de ocupação territorial, tanto no aspeto da soberania como da economia.

Como complemento do primeiro ponto, importa perceber a diversidade deste mercado de oferta de bens e produtos, para compreender como as lógicas da especialização da oferta comercial se ajustaram à lógica da procura, mas também a transformaram. Neste sentido, a especialização das redes comerciais, muitas vezes dependentes de laços alicerçados pela origem nacional dos comerciantes, é fundamental para interpretação da organização do mercado das cantinas. A existência de processos de estratificação social suburbanos ajustava-se à hierarquização de alguns destes espaços. Estas divisões separavam, dito de uma forma simples, os lugares mais modernos, consumidores de produtos mais diversificados, raros e caros, daqueles cujos padrões de consumo se confinavam aos produtos de primeira necessidade, consumidos pelos mais pobres de entre os mais pobres. As possíveis estratégias de cartelização da oferta nestas cantinas, em prejuízo dos consumidores, merecem atenção. Na capital, onde a oferta e a diversidade de produtos eram maiores, havia uma determinada especialização.

A relação destes pontos de comércio com o Estado colonial apresenta outras vertentes. Durante a investigação realizada nos subúrbios de Maputo, muitos habitantes locais referiram que os cantineiros prestavam regularmente informações à polícia portuguesa e alguns deles, chegou a sugerir-se, poderiam mesmo trabalhar para a PIDE. Estas declarações referiam-se às décadas de 60 e 70, quando o início das ações dos movimentos independentistas desencadeou o aumento das atividades de vigilância nos subúrbios de Lourenço Marques. Os cantineiros não se podiam certamente furtar a prestar informações à polícia, mas não é claro até que ponto esta rede se encontrava organizada. Na capital de Moçambique, os incidentes que em setembro e outubro de 1974, já depois da mudança de regime em Portugal, colocaram em confronto, em resultado das ações de milícias de extrema direita que advogavam uma independência branca, parte da população africana do subúrbio e parte da população colona, tornaram difícil a vida dos cantineiros portugueses. Muitos deles viram as suas cantinas saqueadas e alguns perderam mesmo a vida. A acusação de colaboração com a polícia colonial, no contexto racialmente muito tenso destes meses, foi uma das razões adiantada para as perseguições.

Por último, as cantinas são um laboratório de estudo sobre as relações sociais em contexto colonial. Espaços de convivência, as cantinas eram instituições fundamentais no processo de construção de uma condicionada autonomia subur-

ba, embora a propriedade deste comércio, muito desigual, escapasse aos negros e mestiços. E apesar disto, o papel destes espaços de comércio na solidificação de uma sociedade suburbana foi evidente. A participação de colonos pobres neste processo de construção do subúrbio, indivíduos que habitavam as suas margens, é ainda pouco clara<sup>4</sup>. Algumas cantinas, situadas entre a chamada “cidade de cimento” e a chamada “cidade de caniço” constituíam espaços de comércio interracial, o que não ocorria noutras zonas da cidade, onde a segregação se impunha. O grau deste relacionamento possuía limites estruturais, mas espelhava uma maior igualdade, conferida por uma maior proximidade de classe, num ambiente político discriminatório.

Ainda no que respeita à troca social que existiria nas cantinas, outros trânsitos entre a cidade branca e a cidade africana, muito menos igualitários, se podiam constatar. No intuito de frequentarem cantinas suburbanas onde se ofereciam serviços de prostituição, muitos colonos brancos realizavam percursos do centro para as periferias. Na lógica urbana segregada de Lourenço Marques estes percursos eram muito raros. O peso da prostituição nas sociabilidades quotidianas na capital de Moçambique foi investigado para as primeiras décadas do século XX (Zamparoni 1998, 351 e 553), mas sobre o sucedido no período do pós-guerra, quando o número de colonos cresceu significativamente, passando a haver um maior equilíbrio entre homens e mulheres brancas, sabe-se bastante menos.

Durante um período de trabalho de campo em Maputo, ocorrido em março de 2017, entrevistei o filho de um antigo cantineiro, um dos poucos cantineiros, falecido em 1992, que manteve o negócio depois da independência de Moçambique a 25 de junho de 1975. Manuel Vergueiro, nascido em 1969, mantinha-se na altura a morar no bairro da Mafalala, onde o pai, António Vergueiro, explorou uma cantina. O seu depoimento, longe de esgotar as questões enunciadas, permite caracterizar melhor este processo:

“Nasci aqui na Mafalala. O meu pai era um comerciante português. Ele era de Vilar de Perdizes, Trás-os-Montes. Tenho lá uns primos, que a gente tem estado em contacto. Tenho dois irmãos em Portugal. O meu pai foi provador de vinhos em Portugal. Saiu muito cedo lá do Norte, veio para Lisboa, andou a vender vinhos. Aí fez a transição dele para a África, em 1959. Depois disso só voltou em 1984 a Portugal. Veio para cá para os cimentos da Beira e depois veio para cá para a zona sul e

---

<sup>4</sup> Recentemente a tese de doutoramento de Matheus Serva Pereira, centrada na primeira metade do século XX, oferece contributos importantes para o estudo destas dinâmicas de sociabilidade (Pereira 2017).

começou a fazer a vida dele. A vida dele era caixeiro-viajante, Lourenço Marques, pelo país fora. A minha mãe é africana.

Não sei se já ouviste falar das Lagoas. O meu pai tinha uma casa lá. Então vinham os marinheiros, vinham lá dos barcos, queriam as prostitutas. São memórias, histórias do meu pai. Ele teve também um restaurante, o Restaurante Azul, a caminho de Xipamanine. Aí vendia vinho. Vendia ao barril na altura. Os catembes, os penaltis.

Nasci num tempo perturbado, em 1969. Quando começo a ter ideia das coisas é em 1975 mesmo. Naquela altura, o que eu sei dizer, houve uns comerciantes portugueses que foram protegidos porque a maioria dos portugueses tiveram que cavar daqui ou então expulsos daqui. Mas não foi o caso do meu pai e do João Gomes, o falecido João Gomes. Foram duas pessoas que foram protegidas pela Frelimo. Então quer dizer que crescemos no seio da Frelimo.

A maioria das pessoas (brancos portugueses) tiveram medo, mesmo, porque isto estava uma Síria, naquela altura, estava uma Síria. Então as pessoas fugiram. Muitos para a África do Sul e para a Rodésia. Acredito que, conforme vejo e leio, a maioria dos portugueses que foram para a África do Sul e para a Rodésia foi os gajos mais poderosos, financiaram a criação da RENAMO, numa de “Poça, estes gajos lixaram, vamos lixar a eles, posso assim dizer”.

Alguns cantineiros portugueses trabalhavam para o governo colonial, eram informadores, havia o problema da PIDE. Esses foram até 75, piraram-se, até os que sabiam que andavam pela esquerda, piraram-se, sabiam que não escapavam com a FRELIMO. O meu pai ele sempre disse que a política dele era o trabalho, comer bem e beber bem.

Mas para falar da comunidade portuguesa naquela fase, houve aquela fase muito conturbada que foi 75/76. Aqueles dois foram protegidos, e apareceu a calma aqui. De lá para cá era aquela comunidade portuguesa que cá ficou e também os chamados cooperantes, os portugueses que vinham para cá por alguma missão de serviço, então encontravam os antigos portugueses quando eles viessem cá para conhecer a Mafalala. Então, a tendência era ir encontrar um conterrâneo, um português, pronto. Os que iam cá ficando, a vida também começava a normalizar-se, tínhamos cooperantes cá, começou aquela situação de os cooperantes e os portugueses se encontrarem na praia para uma jogatana de futebol aos domingos. Eu fui crescendo e como é que eles progrediram? Iam a casa de cada um. Por exemplo, o meu pai tinha posses e a tendência é

que viessem a casa dele, pronto, a Frelimo o protegia, ele tinha posses, depois entrou num negócio de compra de garrafas de / .../, então, pronto, a vida foi progredindo para ele, no bom sentido.

O meu pai teve os filhos cá e pelos filhos ele preferiu não sair daqui. Temos aqui muitos mestiços como eu, muitos, mas muitos que ficaram cá sem conhecer os pais, ao contrário do meu pai. Mas houve muitos outros que fugiram porque não dava para estar. Mas acredito que tinham amor também aos filhos. Ficaram com as mães por aí. Há uma moça que é essa situação que estou a dizer, que vai para Portugal no dia 25. Conseguiu descobrir o pai em Portugal, mas isso é uma coisa que já está a acontecer. Dia 25 já vai embora. Mas é uma senhora, uma matulona, mãe de dois ou três filhos. Mas a maior parte não conhece.

Então, a primeira mulher do meu pai voltou para Portugal e ele ficou. Só vai a Portugal em 84. Ela já tinha falecido até. A história que o meu pai sempre contou, porque ele tinha deixado cá os filhos, ou não podia largar os filhos cá. Ele teve a mãe dos meus irmãos, que foi a primeira mulher dele, lá em Portugal. Depois, vieram cá para Moçambique. Os meus irmãos nasceram cá. Depois tiveram que se ir embora, porque foram comandos paraquedistas portugueses. Tiveram que se ir naquela altura, porque não dava mesmo para eles. Foi por aí, tiveram que se ir embora. Então o meu pai teve a minha mãe, teve a nós. Ele ficou porque ... então chegou aquela fase da comunidade, começamos a encontrarmos muito para vermos o porco nessa altura. Era o prato predileto. Não tínhamos nada cá. A única coisa que havia era porco, todo o mundo criava porcos. Então, vinham aqui às costeletas, na brasa. Então a vida aos fins de semana era, costeletas, cerveja, costeletas, cerveja.

O meu pai tinha uma relação mais próxima com os africanos do que os outros portugueses, porque ele não olhava para a cor. Tratava as pessoas como fossem, motivo pelo qual a FRELIMO o acolheu. Os outros cantineiros não eram assim tão próximos da população. Tinham aquela coisa. Preto é preto, tinham aquele problema. Eles pensavam “Epá, isto é uma raça para extinguir”. O meu pai não tinha esse problema. O João Gomes também não. Eram pessoas de coração.

Foi em 1984 que o meu pai voltou a Portugal, porque queria ver os netos. Os meus irmãos, tinham um filho cada um, então ele diz “antes de morrer quero ver os meus netos”. Motivo pelo qual chegou lá ia ficar três meses e só ficou 15 dias. A velocidade de Portugal já não lhe dizia nada. “Eu vou a Portugal, aquilo é a correr, vais para comer uma

sopinha já estão a tirar da frente, tudo a correr, essa vida”. Segundo ele contou o dinheiro que devia ficar a gastar lá, e veio cá para baixo.”

## **BIBLIOGRAFIA**

- BAPTISTA, F. de Oliveira (1993), *A Política Agrária do Estado Novo*. Porto: Afrontamento.
- BUSH, Leigh; BRYANT, Adrienne & WILK, Richard (2013), “The History of Globalization and the Food Supply”, in Anne Murcott, Warren Belasco and Peter Jackson (eds.). *The Handbook of Food Research*. London: Bloomsbury Publishing, 34-49.
- CAPELA, José (1973), *O Vinho para o Preto*. Porto: Afrontamento.
- CURTO, José (2002), *Álcool e Escravos*. Lisboa: Vulgata.
- DIETLER, Michael (2007), “Culinary encounters: food, identity, and colonialism. In *The Archaeology of Food and Identity*, edited by Katheryn Twiss, Carbondale: Center for Archaeological Investigations Press, University of Southern Illinois, 218-242.
- DOMINGOS, Nuno (2012), *Futebol e Colonialismo. Corpo e Cultura Popular em Moçambique*. Lisboa: ICS.
- DOMINGOS, Nuno; SOBRAL, José Manuel & WEST, Harry G. (eds.) (2014), *Food Between the Country and the City. Ethographies of a Changing Global Foodscape*. London, New Delhi, New York, Sydney: Bloomsbury.
- DOUGLAS, M. (1987), “A Distinctive Anthropological Perspective”, in M. Douglas, ed., *Constructive Drinking: Perspectives on Drinking from Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FREIRE, Dulce (2010), *Produzir e beber. A questão do vinho no Estado Novo*. Lisboa: Âncora Editora.
- GOODY, Jack (1982), *Cooking, Cuisine and Class. A Study in Comparative Sociology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HARRIES, Patrick (1993), *Work, Culture, and Identity: Migrant Laborers in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910*. Portsmouth, NH: Heinemann.
- LAUDAN, Rachel (2013), *Cuisine and Empire, Cooking in World History*. Berkeley: University of California Press.
- MARTINS, M. C. Andrade (1990), *Memória do Vinho do Porto*. Lisboa: ICS.

MATIAS, M. Goretti (2006), "A questão do álcool e a exportação de vinho para o Ultramar: o debate de 1902", em *O Douro Contemporâneo*, Gaspar Martins Pereira e Paula Montes Leal (coord.). Porto: Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense, 233-246.

MEDEIROS, Eduardo (1988), *Bebidas moçambicanas de fabrico caseiro*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.

MINTZ, Sidney (1985), *Sweetness and Power, The Place of Sugar in Modern History*, London. New York: Penguin.

ONSELEN, Charles von (1976), "Randlords and Rotgut, 1886-1903. An essay on the role of alcohol in the development of European imperialism and southern African capitalism, with special reference to black mineworkers in the Transvaal Republic", *History workshop*, n.º 2, 33-89.

PENVENNE, J. Marie (1995), *African Workers and colonial racism. Mozambican Strategies and Struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*. London: James Currey.

PEREIRA, Matheus Serva Pereira (2017), "Os "Grandiosos batuques": tensões, arranjos e experiências coloniais em Lourenço Marques (1890-1940)". Tese de Doutorado em História: Universidade Estadual de Campinas.

RICHARDS, Audrey (1932), *Hunger and work in a savage tribe: a functional study of nutrition among the Southern Bantu*. London: Routledge & Kegan Paul.

RICHARDS, Audrey (1939), *Land, Labour, and Diet in Northern Rhodesia: and economic study of the Bemba tribe*. Oxford: Oxford University Press.

SIMÕES, Orlando (2006), *A Vinha e o Vinho no século XX, Crises e Regulação*. Oeiras: Celta.

SMITH, A. (2012), "National Cuisines". In Jeffrey M. Pilcher, ed., *The Oxford Handbook of Food History*. Oxford & New York: Oxford University Press, 444-460.

SOBRAL, J. Manuel (2014a), "The Country, the Nation and the Region in Portuguese Food and Cuisine". In Nuno Domingos, José Manuel Sobral e Harry West (eds.), *Food Between the Country and the City: Ethnographies of a Changing Global Food Landscape*. Londres: Bloomsbury, 145-160.

SOBRAL, J. Manuel (2014b), "The High and the Low in the Making of a Portuguese National Cuisine in the Nineteenth and Twentieth Centuries". In Jakob A. Klein & Anne Murcott (eds.), *Food Consumption in Global Perspective. Essays in the Anthropology of Food in Honour of Jack Goody*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 108-134.

TEIXEIRA, V. Valadares (2005), *Comidas e Práticas do Sistema Alimentar na Região do Fundão*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de Literatura Tradicional.

ZAMPARONI, Valdemir (1998), *Entre Narros e Mulungos: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c. 1890 c. 1940*. PhD diss. São Paulo: Faculdade Letras e Ciências

Humanas da Universidade de São Paulo, 1998.

ZAMPARONI, Valdemir (2000), “Monhés, Baneanes, Chunas e Afro-maometanos. Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940”. *Lusotopie*, 191-222.